



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**ACTA NÚMERO NOVE**

**ACTA DA 1.ª REUNIÃO DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE.** -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, pelas vinte e duas horas e dez minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.ª Reunião da 4.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 12 de Setembro e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -

----- 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

----- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA; -----

----- 3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 8/2007; -----

----- 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----

----- 3. 3. CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO, CUJAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO SERÃO TOTALMENTE SUBSCRITAS PELO MUNICÍPIO, PARA CUJO PATRIMÓNIO SERÃO ADQUIRIDOS ACTIVOS IMOBILIÁRIOS PERTENCENTES À ENTIDADE SUBSCRITORA. RELATÓRIO DE ANÁLISE E PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO; ---

----- 3. 4. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE MACMAI – MATADOURO AGRÍCOLA E COMERCIAL DA MAIA, LIMITADA; -----

— 3. 5. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA HOSPITAL DO LIDADOR, S.A., E APROVAÇÃO DO RESPECTIVO ACORDO PARASSOCIAL;

— 3. 6. DOAÇÃO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA FEZ À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MAIA DE DOIS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE HOSPITALAR E DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL. RECTIFICAÇÃO DA ESCRITURA N.º 88/97, DE 31 DE DEZEMBRO; -----

— 3. 7. CONSULTA PRÉVIA N.º 009CP – CONT/07 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, PARA O PERÍODO DOS 12 MESES RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007, COM POSSIBILIDADE DE RENOVACÃO AUTOMÁTICA POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ AO MÁXIMO DE 3 EXERCÍCIOS ECONÓMICOS. RELATÓRIO DE ANÁLISE E PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO; -----

— 3. 8. REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE ANÓNIMA “PARQUE MAIOR – REABILITAÇÃO URBANA DA MAIA, S.A.” PELA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA E PELA EMPRESA MUNICIPAL “ESPACO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.”;

— 3. 9. TRIBUTACÃO DO PATRIMÓNIO – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, FIXAÇÃO DAS TAXAS A APLICAR NO ANO DE 2008; -----

— 3. 10. LANCAMENTO DA DERRAMA NO ANO DE 2008, RELATIVO AO RENDIMENTO GERADO EM 2007 NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO



DA MAIA:-----

----- 3. 11. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP – ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 106.º DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – FIXAÇÃO PERCENTUAL A APLICAR NO ANO DE 2008;-----

----- 3. 12. POSTURA DE TRÂNSITO NA RUA DE FRIÃES, NA FREGUESIA DE SILVA ESCURA;-----

----- 3. 13. POSTURA DE TRÂNSITO NA RUA 7 DA URBANIZAÇÃO DO LIDADOR, NA FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA;-----

----- 3. 14. ALTERAÇÃO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A ARS DO NORTE COM VISTA À CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO DE SAÚDE DA MAIA. PROPOSTA APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 08/01/2007 E HOMOLOGADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes e lembrou os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público deveriam fazer a sua inscrição prévia. Os que ainda não o tivessem feito deveriam pedir à Mesa o impresso próprio, que deveriam devolver após o seu preenchimento. Informou que os Senhores António da Costa Pereira, Maria do Céu Gonçalves Calheiros, Maria Herminia da Silva Marques e Alberto Luis Ferreira Neto, da Coligação Democrática Unitária tinham pedido a suspensão do mandato por mais seis meses. Foram substituídos pela Senhora Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, já anteriormente identificada pela Assembleia. Informou ainda que, a Senhora Deputada Mafalda Rôla Fernandes Moutinho Maia, havia pedido a suspensão do seu mandato por seis meses. Foi substituída pelo Senhor Rui Manuel Carvalho Dias, já anteriormente identificado pela Assembleia. Os documentos comprovativos dos pedidos atrás referido fazem parte integrante da acta como **documentos 1, 2 3, 4 e 5, respectivamente**. Verificadas as presenças constatou-

-se a ausência dos Senhores Deputados David Augusto Duarte Tavares, Joana Martins dos Santos Ascensão e ao abrigo da alínea c) do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Presidentes das Juntas de Freguesia da Maia e de Santa Maria de Avioso, Senhores Carlos dos Santos Teixeira e Hamilton de Sousa Martins Prata, que se fizeram representar pelos seus Secretários, Senhores Mário Augusto da Costa Ramos e José dos Santos Moreira, respectivamente. Os documentos comprovativos destas representações fazem parte integrante da acta como **documentos 6 e 7**, respectivamente. Informou que o atraso no início dos trabalhos da presente Sessão era devido ao facto de ter havido uma reunião prévia da Mesa com os Líderes, na qual haviam sido abordadas duas questões: a primeiro foi a aceitação, a título excepcional e apenas para conhecimento, de duas Declarações de Voto apresentadas, tardiamente, pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, sobre os pontos 3.4 e 3.5 da Ordem do Dia da presente Sessão – Matadouro Macmai e Hospital Lidador; cópias destes documentos iriam ser distribuídos a todos os Senhores Deputados, apenas para conhecimento. Pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para, no futuro, evitar que situações como esta não se repetissem, pois, as Declarações de Voto deveriam ter sido entregues na Reunião de Câmara onde os pontos em causa foram aprovados, para poderem, mais tarde, integrar a documentação que a Câmara Municipal enviou à Assembleia para homologação e não depois, e, pior ainda, as Declarações de Voto terem dado entrada na Assembleia depois do envio aos Senhores Deputados da Ordem de Trabalhos e a documentação que a suportava, para a presente Sessão. A segunda questão era a admissão de uma Adenda à deliberação da Câmara Municipal sobre a dissolução do Macmai – ponto 3.4 da Ordem do Dia. A sua admissão fora aceite pela Mesa e pelos Líderes e foi distribuída por todos os Senhores Deputados. Porém, havia um erro na acta da reunião do Executivo, uma vez que esta referia que o ponto havia sido aprovado por unanimidade, quando na realidade, a Câmara tinha deliberado, por maioria, esta em



consequência da abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Pediu aos Senhores Deputados que no texto distribuído fosse considerado por maioria e não por unanimidade. Pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que, no futuro, estes erros fossem evitados. Informou, também, que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta sobre a Reactivação da Linha Ferroviária do Douro do Pocinho a Barca-de-Alva, subscrita pela Mesa e por todos os Líderes representados na Assembleia, que não leu por ter sido distribuída por todos os Senhores Deputados presentes na Assembleia. Esta Proposta faz parte integrante da acta como **documento 8**. Perguntou se algum Senhor Deputado tinha algum documento para entregar à Mesa. Antes do início das inscrições para o uso da palavra dos Senhores Deputados no Período de Antes da Ordem do Dia, solicitou a todos para cumprirem o Regimento no que referia às regras do uso da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, que no seu artigo 45.º referia o seguinte: -----

“1. A palavra será concedida aos membros da Assembleia para o exercício dos poderes consignados neste Regimento. -----

2. Ao Presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador, em função do tempo de duração do Período de Antes da Ordem do Dia, estabelecido no n.º 3 do art.º 39, para o que respeitará, sucessivamente: -----

a) A representação proporcional dos partidos ou coligações e de quaisquer membros independentes com assento na Assembleia Municipal. -----

b) O número de oradores inscritos. -----

3. A nenhum orador inscrito será atribuído um tempo de intervenção inferior a três minutos, mas os tempos de intervenção, atribuídos nos termos dos números anteriores a cada partido ou coligação e aos membros independentes, não poderão ser ultrapassados. -----

4. A cada orador cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa.” -----

Informou que a distribuição dos tempos seria a seguinte: Coligação Primeiro as Pessoas – 27 minutos; Partido Socialista – 13 minutos; Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e o Senhor Deputado Independente – três minutos cada. Estes valores somados mais onze minutos destinados às respostas da Câmara e esclarecimentos complementares totalizavam 60 minutos. Devido à extensão dos pontos da Ordem do Dia, e se todos os pontos não viessem a ser homologados na presente sessão, esta seria encerrada pelas zero horas e trinta minutos, devendo ser continuada numa segunda reunião a marcar no fim dos trabalhos. -----

Reiterou o pedido para que todos respeitassem o limite de tempo regimental. De seguida, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** disse que no lugar de Ardegães, na freguesia de Águas Santas, a sul de uma grande superfície comercial existe uma rua muito estreita, de pequena extensão - cerca de 25 metros - de sentido único, num dos lados existe um muro que ameaça ruir, a necessitar de uma intervenção para evitar a sua derrocada. Sugeriu à Câmara Municipal para contactar o proprietário do muro a fim de negociar o alargamento da via. Disponibilizou-se para servir de intermediário. Voltou a solicitar a intervenção da Câmara para acabar com as lixeiras a céu aberto, uma vez que aquelas para as quais havia pedido uma actuação dos Serviços de Ambiente, continuavam activas, mas com uma quantidade ainda maior de lixo. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** falou sobre o trânsito na Rua de São Romão, da Feira do Desporto, o Zoo da Maia e sobre a poluição ambiental da Rotadouro, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

**ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA** abordou a política educativa do Concelho com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

**ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** informou que tivera a informação



do eminente encerramento da segunda Repartição de Finanças da Maia, localizada na freguesia de Águas Santas, uma decisão do Governo visando a redução de custos; protestou contra esta resolução e pediu para ser informada das medidas tomadas pela Câmara para o evitar. Há muitos anos que estava prevista a construção de um Pavilhão Multiusos, na freguesia de Pedrouços, para o qual existia terreno e projecto de construção e arquitectura aprovados, havendo negociações com o Governo para o seu financiamento. Pediu para ser informada se na eventualidade do financiamento não ser conseguido, se a Câmara o iria construir e para quando estavam previstas o início das obras. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** sobre a credibilização da política do poder local leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

**NUNO FERNANDO FERREIRA DA SILVA** prescindiu do uso da palavra. -----

**VÍTOR MIGUEL SILVA** falou sobre os subsídios atribuídos pela Câmara Municipal às associações desportivas do concelho para a época 2007/2008. Acusou a Câmara de gastar o dinheiro do erário público de uma forma abusiva, uma vez que, para os cerca de quarenta e cinco clubes desportivos foram destinados cerca de 1 150 milhões de euros, com uma notória falta de equidade, sobretudo um maior apoio financeiro ao desporto profissional em detrimento do amador, que tinham uma importante componente social. Aos profissionais era atribuído a maior fatia e aos que praticavam desporto por carolice recebiam o resto. Esta situação era inadmissível e deveria ser corrigida e resolvida. Há cerca de um ano, os Senhores Vereadores do Partido Socialista haviam apresentado uma proposta de criação dum grupo de trabalho para elaborar um novo Regulamento de atribuição de subsídios às associações do concelho. Esta proposta continuava a aguardar uma resposta na gaveta da Maioria. Lamentou que os clubes profissionais recebessem subsídios elevados e alguns que tinham uma função social – infantários, creches e centros de ocupação de tempos livres - recebiam “palmadinhas nas costas” e estas não contribuíam para a sua sobrevivência. Considerou de ridícula a situação

que se verificava na Maia, pois alguns clubes recebiam da Câmara Municipal verbas superiores às dotações orçamentais da autarquia para as Juntas de Freguesia, nomeadamente a maior Junta de Freguesia do concelho. Esta situação só poderia ser normalizada com a mudança da força política que governava a Câmara. A finalizar, perguntou se era verdade que se demitira o Grupo de Coordenação de Educação Física das Actividades de Enriquecimento Curricular e se a demissão era devida ao facto de uma provocatória ingerência do Senhor Vereador do Pelouro no trabalho do referido Grupo de Trabalho. -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** falou sobre a perda de competitividade do concelho com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

**MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA** falou do estado de conservação da Ponte José Vieira de Carvalho, em Ardegães, e a sua inclusão no protocolo “A Maia pinta com tintas CIN”, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 13**. No fim da leitura, perguntou se era verdade que a 2.ª Repartição de Finanças da Maia, localizada na freguesia de Águas Santas, iria encerrar. Lembrou que, aquando da abertura desta Repartição estava prevista a abertura de uma terceira, quando na realidade, e a ser verdade a informação do encerramento, agora acontecia o contrário. Pediu à Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesias abrangidas pela 2.ª Repartição de Finanças, para que fossem tomadas medidas para o evitar. -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** referiu que tinha sido publicado nos órgãos da comunicação social que a Maia ocupava o terceiro lugar no ranking do poder de compra dos municípios da Grande Área Metropolitana do Porto. A Maia tinha uma empresa sedeada no Tecmaia que fazia investigação e construção de protótipos automóveis ao mais alto nível. No Concelho da Maia, havia empresas que investiam na inovação e em tecnologia de ponta. Os elevados índices da qualidade de vida do nosso Concelho tornavam-no atractivo, razão para que muitas famílias o escolhessem para viver. Concordou com o Senhor Deputado João



Veloso da Silva Torres ao afirmar que a Maia era um Concelho de referência, corrigindo para "era e continua a ser um Concelho de referência", e, para isso, bastava consultar os dados do Instituto Nacional de Estatística, que colocavam a Maia entre os melhores a nível nacional. Estes índices eram o resultado de uma dinâmica de progresso e bem-estar, da responsabilidade dos diversos Executivos do Município e das Juntas de Freguesias aos quais o povo, através do seu voto democrático, os tinha incumbido e dado confiança para exercerem o poder local. Todavia, havia quem desejasse colocar "arceia na engrenagem" do seu progresso. O Poder Central de uma forma transversal, tratava mal o poder local e com isso penalizava muitas autarquias. A Maia era um dos Concelhos vítima do centralismo do actual Governo; bastava para isso verificar os investimentos públicos previstos para o nosso Concelho no PIDAC. Apesar destas contrariedades, a Maia continuava a ser um Concelho que as pessoas escolhiam porque nele valia a pena viver; continuava a ser um Concelho de vanguarda no desenvolvimento tecnológico, na inovação, na indústria e investigação do nosso país. -----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** apresentou um Voto de Protesto contra a SN Maia - Siderurgia Nacional S.A., localizada em São Pedro Fins, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que quem exercesse cargos autárquicos deveria desejar credibilizar a causa pública. Um Senhor Deputado ao intervir, acusando alguém na base do boato ou rumor, poderia ferir a dignidade das pessoas; por isso, não deveria servir-se da tribuna parlamentar da Assembleia Municipal para fazer tal tipo de denúncias. Sobre a designação proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes de um "Pacto pela Transparência da Contratação Local", considerou que à mesma seria mais apropriada a designação de "Pacto de Continência Demagógica". A um Deputado Municipal competia questionar o Executivo Municipal sobre factos que lhe suscitassem dúvidas, mas não deveria criar factos políticos, tendo por objectivo denegrir a

imagem da Maioria. O rigor que o Partido Socialista defendia era o mesmo rigor que, há longo tempo, vinha sendo praticado pela Maioria que não tinha telhados de vidro. Lamentou que um Senhor Deputado do Partido Socialista tenha manifestado a sua preocupação, na base de um boato ou rumor, sobre a contratação de pessoal, tenha apresentado uma proposta visando condicionar a contratação de funcionários municipais. Em contrapartida, esta mesma preocupação de clarificação não estivera presente em toda a actividade política do Partido Socialista, nomeadamente na definição da sua liderança parlamentar. Gostaria de saber quem era realmente o líder parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal, uma vez que, não baseado em rumores ou boatos, tivera conhecimento pela comunicação social que o seu líder se havia demitido, não sabendo a bem da transparência, da clarificação e do rigor “quem é quem na bancada do Partido Socialista”. Disse, ainda, que gostaria de saber, em nome da mesma transparência, clarificação e rigor, apregoada por um Senhor Deputado do Partido Socialista, da razão pela qual o PS estivera “mudo e quedo” a propósito do que havia acontecido na Junta de Freguesia de Águas Santas. A sua cultura democrática obrigava-o a respeitar os eleitos, mas de uma forma mais profunda os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Tinha sido, também, através da comunicação social, que tivera conhecimento do que havia acontecido na Junta de Freguesia de Águas Santas. O Partido Socialista, que se considerava um defensor da transparência e da clarificação nada havia dito. Considerou este comportamento grave, uma vez que responsáveis do mesmo Partido Socialista atacavam um Senhor Presidente de Junta de Freguesia eleito nas listas do seu próprio Partido, denunciando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas em questões de falta de transparência e de ilegalidade. Como autarca, considerou este comportamento muito preocupante, assim como era preocupante que o PS não soubesse fazer e ser oposição e não soubesse gerir a sua Maioria. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas era Socialista, mas eleito, que lhe merecia toda a consideração e, por esta razão, não podia deixar

de dizer ao Senhor Manuel José da Silva Correia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, legitimamente eleito, era merecedor do seu apreço e da sua solidariedade. O Senhor Presidente iria continuar a trabalhar e a dar o seu melhor em prol da sua freguesia e era da exclusiva competência dos eleitores de Águas Santas julgar a sua capacidade de trabalho, que nos últimos actos autárquicos lhe davam resultados excelentes, que como adversário político, não desejava que tivessem acontecido. Como Autarca e como Deputado Municipal não poderia ficar calado perante um ataque, dos seus pares de Partido, a um eleito local, a um Senhor Presidente de Junta, da forma como havia sido feito esse ataque. Esta atitude era de facto um exemplo de transparência e não a atitude de outros que tinham "assobiado para o lado". Acusou o Partido Socialista de falar a várias vozes e de percorrer caminhos diferentes, o que tornava muito difícil saber qual o verdadeiro caminho ou a verdadeira voz do PS na concelho da Maia. Sobre a Proposta de criação de um Pacto Pela Transparência da Contratação Local, apresentada pelo Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes, sem concretizar, de forma clara, o que deseja, mas fã-lo apenas na base dos rumores ou boatos, devendo ser antes criada uma "Secção de Rumores e Boatos", na qual deve ouvir que colegas de partido, colegas do seu Partido, em vez de quererem Pactos pela Transparência da contratação, querem traficar influências. Está na mesma Secção. Não alinho por essas Secções". Se algum Senhor Deputado desejasse trabalhar de forma séria poderia contar com a sua ajuda, porém, de forma sensacionalista, não poderia contar com o seu apoio. O púlpito da Assembleia Municipal deveria servir para se falar de factos com seriedade e não de rumores ou boatos. Lembrou que o cabeça de lista do Partido Socialista à Câmara Municipal da Maia, havia referido publicamente que, em caso de dúvidas, quem tivesse o cartão de militante do Partido Socialista seria o admitido em detrimento dos demais. Esta era, sem dúvida, a política de transparência, de rigor e de clarificação do Partido Socialista que tinha enxameado de "jobs for the boys" a Administração Pública. Sugeriu contenção verbal aos

Senhores Deputados Socialistas. A finalizar, disse que o Executivo Municipal que o Partido Socialista acusava de inércia, tinha enviado para homologação nesta Sessão três pontos da maior importância para o futuro do nosso Concelho. -----

**MÁRIO AUGUSTO DA COSTA RAMOS** pediu a palavra para dar um esclarecimento sobre o incidente referido pelo Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, verificado no Zoo da Maia. A limpeza do espaço tinha sido objecto de um reparo de uma visitante que, por esta razão, tinha pedido o Livro de Reclamações. A visitante estava convencida que o mesmo se encontrava dentro da área do Zoo, pois, não sabia que a sua gestão era da responsabilidade da Junta de Freguesia, devendo, para isso, deslocar-se ao Edifício Sede para o efeito. A visitante acabou por desistir da reclamação. -----

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** pediu a palavra para esclarecer que a liderança parlamentar da bancada do Partido Socialista era um assunto da responsabilidade desta força política. O Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva tinha um dom. Era dotado para conseguir ser sempre o último a levantar a mão para se inscrever para intervir e, deste modo, aproveitar para fazer o "resumo da jornada". Se o PS viesse a fazer a alteração da liderança da sua Bancada iria arranjar um líder com o mesmo dom. Considerou estranho que um Deputado do PSD viesse questionar a liderança, numa semana, em que estava em plena discussão a liderança do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD. Sobre o que havia acontecido na freguesia de Águas Santas era um assunto interno dessa freguesia. Sugeriu ao Senhor Deputado que não falasse de assuntos que desconhecia. De qualquer forma, manifestou o seu contentamento e agradeceu o elogio por ele proferido sobre o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista na freguesia de Águas Santas, por esta razão, se o Senhor Deputado mudasse a sua residência para Águas Santas não só iria votar no PS, como aconselharia os seus amigos a fazer o mesmo. O seu elogio deveria ter sido muito apreciado pelo Presidente da Comissão Política do PSD de Águas Santas/Pedrouços. -----



**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** pediu a palavra para fazer a defesa da honra. Acusou o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva de criar problemas à bancada do PS, quando propositadamente não queria visar determinado deputado. O Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes não queria e não necessitava de ser defendido. Esclareceu que os problemas do PS eram da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista. Por esta razão, não aceitava as acusações generalizadas por ele proferidas contra o PS, uma força política honrada e não admitia que beliscasse a sua honra. -----

**MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA** pediu a palavra para esclarecer que, na sua intervenção, havia referido que quando da inauguração da ponte José Vieira de Carvalho, a Junta de Freguesia de Águas Santas era presidida pelo saudoso Senhor Joaquim Carneiro Ferreira, uma personalidade empreendedora, algo exigente e trabalhador incansável, mas não tinha referido as palavras então proferidas pelo também saudoso Professor José Vieira de Carvalho, que tinha considerado que o Senhor Arídio dos Anjos Teixeira, antecessor de Joaquim Carneiro Ferreira na Junta de Freguesia, com o seu empenho e dedicação, tinha sido o principal responsável pelo sucesso da construção da ponte e, no seu mandato, tinham sido realizadas todas as acções que conduziram à sua construção. -----

**NUNO FERNANDO FERREIRA DA SILVA** pediu a palavra para esclarecer o Senhor Deputado Vitor Miguel da Silva, que não era verdade que se tinha verificado a demissão do Grupo de Coordenação de Educação Física das Actividades de Enriquecimento Curricular e que este grupo estivera a trabalhar até às 18 horas do presente dia. Esclareceu ainda o mesmo Senhor Deputado, que o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva havia questionado, com toda a legitimidade, a liderança da Bancada do PS na Assembleia Municipal e não a liderança do Partido na Maia. Sobre a questão da Junta de Freguesia de Águas Santas, esclareceu que tinha assistido à Assembleia de Freguesia de Águas Santas, na qual havia sido eleito o novo Executivo, tinha ouvido a carta de renúncia dos membros da Junta e sabia muito



bem o que havia acontecido e o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva tinha elogiado a acção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas e não os demais membros do seu Executivo e muito menos o PS de Águas Santas. -----

**HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO** pediu a palavra para fazer a defesa da honra da bancada do Partido Socialista. Acusou a liderança da Maioria de usar e abusar da prática de ser o último a usar da palavra, e com este expediente poder dar resposta a questões anteriores. Agradeceu ao Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva as palavras elogiosas aos Senhores Autarcas Socialistas; o mesmo não poderia fazer em relação ao desempenho dos autarcas da Maioria, salvo honrosas excepções. Sobre os factos referidos pelo Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes, não tinha havido qualquer resposta por parte do líder da bancada da Maioria. -----

**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, em resposta aos pedidos de informação e questões colocadas pelos Senhores Deputados disse ao Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira que havia anotado e iria tratar do assunto com os Serviços competentes. Sobre o trânsito na Rua de São Romão referida pelo Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira disse que iria tratar do assunto. Sobre o Zoo da Maia, apesar de ser um assunto da competência da Junta de Freguesia, informou que a Câmara estava empenhada para lhe dar um futuro melhor, que passava pela ampliação das instalações, decorrendo negociações com os proprietários dos terrenos para o efeito. O problema ambiental provocado pela Rotadouro, informou que a Câmara havia reunido com os seus responsáveis, e que o problema de incomodidade iria ser resolvido, pois, deveria cumprir com as normas ambientais. Ao Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina informou que a Câmara sempre estivera atenta e empenhada na resolução dos problemas causados pela reestruturação das linhas da STCP e graças ao empenho da Câmara e dos Senhores Presidentes de Junta, tinha sido possível fazer correcções nalgumas linhas. Considerou pertinentes as





reclamações dos cidadãos nas questões que ainda não estavam resolvidas, mas esperava que no futuro, fossem conseguidas as necessárias correcções, para bem dos utentes da STCP. O ano escolar havia sido iniciado com a habitual normalidade, mas devido à alteração do formato dos horários dos desdobramentos para tempo inteiro, provocou algumas dificuldades de adaptação nalgumas escolas. Esta situação não se verificara exclusivamente no concelho da Maia, mas um pouco por todo o país. Tornava-se necessário investir para dotar os equipamentos escolares de salas de aula que pudessem dar uma resposta adequada aos novos horários. O QREN iria apoiar este tipo de intervenções e a Câmara da Maia esperava ter uma resposta positiva do Governo às candidaturas apresentadas, para bem das crianças. Sobre o encerramento da 2.ª Repartição de Finanças em Águas Santas, referido pela Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, disse que tinha ouvido falar, como se de um rumor se tratasse e iria verificar se tinha ou não fundamento. A ter fundamento, iria diligenciar no sentido de evitar o seu encerramento, porém, atendendo à política de encerramentos do actual Governo, às novas tecnologias que retiraram muitos utentes das Repartições de Finanças e com as novas instalações da 1.ª Repartição de Finanças, não se admirava que tal viesse a acontecer. Sobre o Pavilhão Multiusos de Pedrouços, informou que a sua construção dependia das verbas do QREN. Considerou insensato avançar com as obras antes de receber os apoios do Governo, pois, corria o risco de não as receber. A Câmara esperava uma resposta, que possivelmente deveria chegar ainda no corrente ano. Na eventualidade do Governo não apoiar a sua construção, a Câmara iria, de qualquer forma, proceder à sua construção, porém com um período de construção mais dilatado. Ao Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes disse desconhecer a que se referia na sua intervenção; não obstante, acrescentou que a Maia era um Município de primeira linha, no qual a Câmara tinha uma excelente capacidade de realização, graças à competência e empenho dos seus colaboradores; por esta razão, não tinha conseguido entender o alcance das palavras do Senhor Deputado. Ao Senhor Deputado Vitor

Miguel da Silva informou que os Senhores Vereadores do Partido Socialista tinham votado contra e fundamentaram a sua posição sobre a proposta do Executivo de atribuição de subsídios às associações do concelho. Se, no Regulamento em vigor, existissem pontos que merecessem correcção, o mesmo seria alterado, de forma colegial, pois, esse tinha sido o entendimento de todos e não havia sido colocado na gaveta. A política de contenção de custos, que a Câmara estava a fazer, também passava pela atribuição de custos às colectividades, depois dessa fase era possível aumentar o valor das verbas a atribuir, o que poderia vir a acontecer no próximo ano. As dotações para as Juntas de Freguesias, se fossem baseadas nas dotações do Governo e baseadas no cumprimento da Lei, não chegavam para as necessidades básicas de funcionamento das Juntas de Freguesia; por isso, a Câmara apoiava financeiramente e nunca regateou os pedidos das Juntas de Freguesias, de todas, sem excepções. Citou o caso de um subsídio atribuído recentemente à Junta de Freguesia de Moreira, destinado à construção de umas instalações. Informou que não era verdade que o Grupo de Coordenação de Educação Física das Actividades de Enriquecimento Curricular se tinha demitido. Ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres informou que a confiança de um país ou de um município deveria ser motivo de orgulho dos seus habitantes. As palavras proferidas pelo Senhor Deputado só seriam admissíveis tendo em conta a sua jovialidade e irreverência, caso contrário, estaria a dar um mau serviço à sua Terra. Colocar em causa o potencial e o progresso da Maia com acusações como “estado de letargia”, não só era falso como seria um mau sinal para o futuro da juventude maiata. Sobre a acusação de falta de criatividade e de soluções inovadoras, lembrou-lhe que na última Segunda-feira, no programa televisivo da RTP1, “Prós e Contras”, em que o tema era a Inovação, por diversas vezes tinha sido referido que no país havia três municípios que eram, a nível nacional, potências na inovação, na criatividade e no pioneirismo, a saber: Maia, Braga e Oeiras. Perante esta realidade, perguntou ao Senhor Deputado como era possível proferir palavras de desconfiança sobre a sua Terra.



Pelos vistos, todos reconheciam o potencial inovador, criativo e pioneiro da Maia, excepto o Senhor Deputado. Sobre o Centro de Reabilitação do Norte, disse que a Maia, como Autarquia inovadora, criava parques temáticos e desafiava diversos organismos para neles se instalarem, um dos quais era o Campus de Saúde para nele se instalarem unidades desta área, nomeadamente o Instituto de Genética Médica, Instituto Ricardo Jorge, Instituto de Medicina Legal, Centro de Reabilitação do Norte, Escola Superior de Tecnologia de Saúde e o Centro Materno-Infantil. Algumas destas unidades funcionavam em más instalações e com uma notória falta de condições. A Maia atenta a esta realidade, havia desafiado diversos Ministros de vários Governos, para as instalarem no seu Campus de Saúde. O Governo tinha demolido um bairro do Porto para nele construir o Centro Materno-Infantil; apesar da demolição, ainda não se sabia qual o local definitivo para a sua construção. A Maia havia apresentado um Projecto ao Governo que nada havia respondido. O actual Governo tinha decidido instalar o Centro de Reabilitação do Norte, em Francelos, Vila Nova de Gaia, quando o mesmo deveria ficar sediado a norte do Douro. O Governo tinha procedido à ampliação do Hospital de Santo António, uma unidade com muito difíceis acessos, por se localizar no centro da cidade do Porto; com o dinheiro gasto com a sua remodelação dava para construir um novo hospital de raiz e ficaria 20% mais barato. Pediu ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres que não fosse demagogo, pois era demagogia descredibilizar o nosso Concelho nos termos por ele utilizados. Sobre o pedido de pintura da ponte em Ardegães, apresentado pelo Senhor Deputado Manuel José da Silva Correia, disse que era um pedido pertinente e que iria analisar. Concordou com o Voto de Protesto contra a Siderurgia Nacional, apresentado pelo Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves. Informou que, no dia anterior, havia reunido com os responsáveis da empresa, aos quais chamou a atenção para a ilegalidade cometida pelo não cumprimento da legislação. Pediram desculpa pela sua atitude e tinham-se comprometido a repor a legalidade com a entrega de um aditamento para legalizar a demolição do Pavilhão

Desportivo. A mancha arbórea existente no local não só se manteria como iria ser feita uma limpeza do espaço. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão a Proposta apresentada pela Mesa e pelos Líderes para a Reactivação da Linha do Douro do Pocinho a Barca-de-Alva e que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

----- A Proposta foi admitida por unanimidade. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para a sua discussão. -----

----- Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão o Voto de Protesto contra a Siderurgia Nacional, apresentado e lido pelo Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves e que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

----- O Voto de Protesto foi admitido por unanimidade. -----

----- Para a sua discussão inscreveu-se o seu proponente: -----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** agradeceu os esclarecimentos apresentados pelo Senhor Vice-Presidente. Informou que havia uma Comissão de Acompanhamento que terminara a sua actividade quando haviam sido atingidos os objectivos que conduziram à sua criação. Na sua última reunião, a Siderurgia havia tomado uma atitude condenável ao enviar o seu advogado representá-la em vez de um membro da sua Administração. Não acreditava e, para ele não serviam "lágrimas de crocodilo", porque desrespeitavam normas e compromissos e depois limitavam-se a pedir desculpa pelo erro cometido. Acusou a Administração da Siderurgia Nacional de não terem sensibilidade para a necessária função social, uma vez que, com a demolição do Pavilhão Desportivo a comunidade local tinha ficado privada de poder praticar uma salutar actividade desportiva que durante décadas tinha usufruído, num período em que a empresa tinha outra Administração. Disse que a actual administração na sua empresa localizada em Ferrol, na Galiza, cumpria as normas e

regras ambientais que eram exigidas pelo seu Governo. -----

----- Posta à votação o Voto de Protesto, **foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Muncipes:-----

**FRANCISCO JOSÉ MAGALHÃES COUTO SILVA**, residente na Rua da Amieira, n.º 74, na freguesia de Gueifães, apresentou o balanço do Movimento de Utentes dos Transportes da Maia, com a leitura do documento que, juntamente com a Ficha de Inscrição, fazem parte integrante da acta como **documento 16.** -----

**NELSON DA SILVA MOREIRA**, residente na Rua Eusébio da Silva Ferreira, n.º 636, Habitação 7, na freguesia da Nogueira. Na qualidade de Administrador do Condomínio 636, informou que existia um depósito de matérias inflamáveis no terreno confinante ao seu condomínio, pertencente a uma empresa de serralharia, localizada na Travessa Agostinho Silva Rocha, n.º 243, e que já havia sido objecto de um ofício (participação, que entregou cópia à Mesa) enviado à Câmara Municipal da Maia, no pretérito dia 4 de Agosto. Além deste elevado risco de segurança, existia outro e este era a existência de cães de grande porte e perigosos (raça pitbull) que por uma deficiente vedação do espaço permitia a sua saída para o exterior colocando em risco as pessoas. O terceiro risco ambiental era o ruído, uma vez que a empresa rodoviária Torrestir, colocava, no período nocturno, os motores dos seus camiões a trabalhar não permitindo o merecido descanso aos seus moradores. Pediu a intervenção da Câmara para estes três casos, para bem dos moradores, do ambiente, da saúde e segurança pública. A Ficha de Inscrição e a Participação acima referida fazem parte integrante da acta como **documento 15.** -----

----- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 8/2007;** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria**, com duas abstenções, devido a terem estado ausentes na Sessão, o Senhor Deputado Independente Floriano de Pinho Gonçalves e a Senhora Deputada da CDU Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva. -----

----- **INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]:** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a “Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- **3. 2. CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO, CUJAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO SERÃO TOTALMENTE SUBSCRITAS PELO MUNICÍPIO, PARA CUJO PATRIMÓNIO SERÃO ADQUIRIDOS ACTIVOS IMOBILIÁRIOS PERTENCENTES À ENTIDADE SUBSCRITORA. RELATÓRIO DE ANÁLISE E PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO:** ---

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA disse que a CDU já anteriormente se havia pronunciado, quando o pedido de Constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado tinha sido enviado à Assembleia para homologação e, hoje, estava em discussão a sua Constituição. Então a CDU afirmara que, independentemente das características deste tipo de operação





e da sua capacidade para potencialmente e, em abstracto, poder gerar lucro e, desta forma, poderem ser rentalizados os imóveis, propriedade do Município e a CDU não poderia olvidar este tipo de operações de risco. Era legítimo assumir o risco quando se tratavam de entidades de direito privado; porém, neste caso o risco seria assumido pela Autarquia. A CDU reiterava a sua posição anteriormente assumida. A CDU considerava que a vocação de uma autarquia não passava por uma envolvimento neste tipo de negócios. A instabilidade do sector e a efectiva concretização dependia de factores externos e da vontade dos investidores. Por esta razão, entendiam ser incorrectas a atitude da Autarquia ao colocar em risco e expor o seu património, assim como não, iria beneficiar de uma forma directa os seus munícipes. As actuais dificuldades financeiras da Câmara Municipal poderiam ser ultrapassadas doutra forma. A CDU não poderia ficar indiferente à actual crise económica do mercado financeiro, sobretudo nos Estados Unidos, os Fundos de Investimento não estavam imunes às flutuações do mercado. -----

**ANA MARIA ROCHA ESTEVES RODRIGUES** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** realçou três aspectos da proposta em análise. Em primeiro lugar, o elevado número de concorrentes de sociedades gestoras a este projecto era um sinal positivo e era um sinal bem claro da atractividade, tendo em consideração o elevado valor dos activos da Câmara Municipal. Em segundo lugar, a criação de um fundo de investimento imobiliário fechado era a forma mais célere de poder criar um pólo de desenvolvimento e que passará a ser uma referência na Área Metropolitana do Porto e no país. Em terceiro lugar, realçou os critérios de avaliação económicos, um sinal louvável da Câmara Municipal, ao entregar a gestão do Fundo de Investimento Imobiliário à Fundimo, uma sociedade gestora alicerçada na Caixa Geral dos Depósitos, a maior instituição

bancária do país. O investimento que a Câmara iria realizar era de excelência e apenas poderia ser comparado ao que de mais moderno e avançado existia no mundo. A decisão do Governo Socialista ao não autorizar a instalação da Siemens no espaço pertencente ao Parque de Ciência e Tecnologia, tinha conduzido à sua compra por parte da Câmara Municipal, para poder realizar um novo investimento. A finalizar, louvou a iniciativa da Câmara Municipal e manifestou o seu contentamento pela capacidade empreendedora do Município. -----

**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** disse que quando tinha sido aprovada o investimento para a construção do aeródromo, também tinha sido referido que nele iriam ser instalados hotéis, campos de golfe e nada disto havia acontecido. Não obstante, dava o benefício da dúvida e iria votar a favor. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu os Senhores Deputados Silvestre Santos Gomes Pereira e Ana Maria da Rocha Esteves Rodrigues que não havia o risco de problemas sociais, uma vez que o projecto estava na fase inicial, mas que, no futuro, iriam estar atentos de forma consciente a esta preocupação. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria**, com os votos contra dos dois Senhores Deputados da CDU. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Declarou que o Bloco de Esquerda tinha votado a favor a proposta apresentada, na condição dos pressupostos de desenvolvimento social virem a ser considerados na construção do empreendimento. Esperava que a Câmara Municipal os respeitasse, caso contrário, o Bloco de Esquerda considerar-se-ia defraudado na sua votação favorável. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que, atendendo ao adiantado da hora, os trabalhos seriam interrompidos, neste ponto da Ordem do Dia, devendo ser retomados numa segunda Reunião a realizar na próxima Segunda-feira, primeiro dia do mês de Outubro. A

marcação para esta data era devido ao facto de haver urgência, por parte da Câmara Municipal, na aprovação de alguns pontos da Ordem de Trabalhos, ficando desde já todos os Senhores Deputados presentes convocados para a referida reunião. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** disse que no ponto 3.4 da Ordem de Trabalhos havia um erro na acta da reunião do Executivo, uma vez que esta referia que o ponto havia sido aprovado por unanimidade, quando na realidade a Câmara tinha deliberado, por maioria, esta em consequência da abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Pediu que fosse feita a correcção na adenda de forma a poder ser entregue aos Senhores Deputados antes no início da próxima reunião. -----

**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** comprometeu-se a fazer a correcção e enviá-la à Mesa. -----

---- Foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.

---- E sendo uma hora e trinta minutos do dia vinte e sete de Setembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes e Sousa, pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pela 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2.ª Secretária: \_\_\_\_\_

# CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Doc 1  
14  
Caro senhor  
Presidente da Assembleia  
Municipal da Maia  
refiro-me ao  
seu ofício  
19/9/07

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 183

Em 14/09/07

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

## Assunto: Pedido de Suspensão do Mandato

Ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro (Art.º 77.º e 79.º) e do Regimento da Assembleia Municipal (Art.ºs 9 e 11), eu abaixo-assinado, António Costa Pereira, candidato na lista da CDU venho requerer a suspensão do mandato por 180 dias, por razões de doença.

Com os meus cumprimentos

António de Costa Pereira

Maia, 10 de Setembro de 2007.



Doc. 2  
H  
M  
P  
• Leitura de Ato de  
Corte de Lei.  
14/9/07

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 384

Em 30/09/07

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

**Assunto: Pedido de Suspensão do Mandato**

Ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro (Art.º 77.º e 79.º) e do Regimento da Assembleia Municipal (Art.º 9 e 11), eu abaixo-assinada, Maria do Céu Gonçalves Calheiros, candidata em 6.º lugar na lista da CDU venho requerer a suspensão do meu mandato pelo período de 180 dias, já que se mantêm as razões de incompatibilidade com as actuais actividades.

Com os meus cumprimentos

Maia, 10 de Setembro de 2007.

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Doc. 3

*Handwritten notes:*  
o seguinte  
da lei.  
14/9/07

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 185

Em 14/09/07

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

**Assunto: Pedido de Suspensão do Mandato**

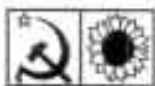
Ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro (Art.º 77.º e 79.º) e do Regimento da Assembleia Municipal (Art.º 9 e 11), eu abaixo-assinado, Maria Herminia da Silva Marques, candidata na lista da CDU venho requerer a suspensão do mandato por 180 dias, por razões de doença comprovada.

Com os meus cumprimentos

*Handwritten signature:* Maria Herminia da Silva Marques

Maia, 10 de Setembro de 2007.





Doc. 4  
Caro Senhor  
requisito em termos de  
lei.  
14/9/07

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 186

Em 14/09/07

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

## Assunto: Pedido de Suspensão do Mandato

Ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro (Art.º 77.º e 79.º) e do Regimento da Assembleia Municipal (Art.º 9 e 11), eu abaixo-assinado, Alberto Luís Ferreira Neto, candidato em 8.º lugar na lista da CDU venho requerer a suspensão do mandato por mais 180 dias, por razões de incompatibilidade com a minha actual actividade profissional.

Com os meus cumprimentos

Maia, 10 de Setembro de 2007.

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 192

Em 21/09/07

Ex.mo Senhor  
Luciano da Silva Gomes  
Ml Presidente da Assembleia  
Municipal da Maia

Doc. 5

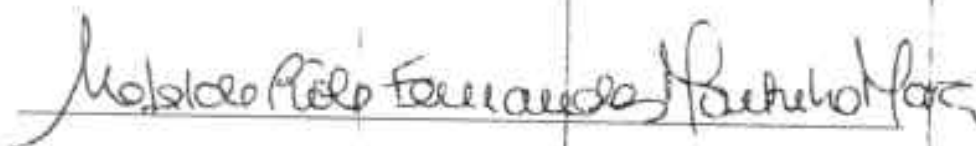
21/9/07  
He

Mafalda Rôla Fernandes Moutinho Maia, residente na Rua Guerra Junqueiro, 342, Pedrouços, Maia, vem pela presente informar e requerer a V. Ex.a o seguinte:

Por motivos de ordem profissional e pessoal, ser-me-á impossível estar presente nas reuniões da Assembleia Municipal que se venham a realizar durante os próximos seis meses, incluindo a 4ª Sessão Ordinária marcada para o próximo dia 26 de Setembro.

Assim sendo, desde já peço a V. Ex.a a suspensão do meu mandato pelo período de 6 (seis) meses, sendo substituída pelo elemento a seguir da lista do CDS/PP.

Com os meus respeitosos cumprimentos,



( Mafalda Rôla Fernandes Moutinho Maia )



Doc. 6

Freguesia da Maia  
Município da Maia

Ex.mo Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Praça Dr. José Vieira de Carvalho  
4470-202 MAIA

| Sua referência  | Sua comunicação de  | Nossa referência | Data       |
|-----------------|---|------------------|------------|
|                 |   | 2007/1881        | 26/09/2007 |
| <b>Assunto:</b> | 4ª Sessão da Assembleia Municipal da Maia<br>Substituição |                  |            |

Ex.mo Senhor Presidente

Com os meus melhores cumprimentos, sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. a impossibilidade de participar na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realiza hoje pelas 21:30, por me encontrar ausente da Maia.

Por este motivo o Vogal Substituto por mim nomeado, Sr. Mário Augusto Costa Ramos, participará em meu nome na referida sessão.

Cordiais saudações  
O Presidente da Junta,

  
(Carlos Santos Teixeira)



**Junta de Freguesia de Avioso - Santa Maria**

**Exmo. Senhor Presidente da  
Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes**  
Paços do Concelho  
4470- 202 Maia

Doc. 7

N/ Ofício nº 091/07

20. Setembro.2007

**ASSUNTO : 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**

Vimos por este meio dar conhecimento a V. Ex.ª que, o Presidente desta Junta de Freguesia, Sr. Hamilton de Sousa Martins Prata, na impossibilidade de estar presente na 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, no próximo dia 26/09/07, irá ser representado pelo **Secretário desta Junta de Freguesia**, Sr. José dos Santos Moreira.

Sem outro assunto de momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

O Presidente da Junta de Freguesia

(Hamilton de Sousa Martins Prata)



Assembleia Municipal da Maia

## Proposta

A construção da linha do Douro na segunda metade do séc. XIX constituiu um enorme investimento que desencravou todo o vale do Douro e permitiu a ligação directa deste rico e extenso vale à Europa a partir de Barca de Alva, tornando-a numa dos principais eixos ferroviários do país para benefício e progresso das terras que atravessava.

A personagem Jacinto, do livro "Cidade e as Serras" de Eça de Queirós, vindo de Paris de comboio, entrou por Barca de Alva e seguiu pela linha do Douro até à estação da Ermida, próxima de Tormes, seu destino.

Com o tempo, esta infra-estrutura foi-se degradando e a resposta, em vez de ter sido investimento em renovação e melhoria, foi a supressão dos troços mais afastados do litoral, começando pelas vias laterais e atingindo já a via principal até ao Pocinho, com ameaça de a desactivação progredir até à Régua.

E, assim, temos a majestosa linha do Douro desqualificada de linha transnacional e internacional para insignificante e secundário ramal de ligação ao litoral do país.

Assistimos mesmo ao paradoxo de termos a porta da Europa aberta em Barca de Alva enquanto Portugal estava de costas voltadas para a Europa, e, agora que nos integramos na Europa, vemos fechada essa porta ferroviária para o espaço comunitário.

Esta situação traz incalculáveis prejuízos para toda a região e é tempo de a inverter, exigindo no séc. XXI, com a necessária modernização, aquilo que conseguimos no séc. XIX e usufruímos durante grande parte do séc. XX.

A Espanha já está a reparar o erro cometido e vai reactivar a linha de Barca de Alva a Fuente de Santo Estevan. É tempo de Portugal lhe seguir o exemplo.

### Considerando que:

1. No séc. XIX, a linha do Douro provocou uma revolução nas comunicações, permitindo a ligação rápida do Douro Litoral ao Interior e do Alto Douro ao Litoral e de ambos à Espanha e à Europa;
2. A ferrovia trouxe progresso a toda a sua área de influência pela mobilidade de pessoas que propiciou, pela movimentação de mercadorias que permitiu e pelas actividades que atraiu;
3. O declínio da linha se deveu à falta de investimento na sua remodelação e melhoria, ao corte das ligações internacionais e à supressão dos troços mais afastados do litoral, começando pelas vias laterais e atingindo depois a via

Soc. 8  
Aprovado  
unanimemente.  
Parecer do A. M.  
do Município de Panóias  
conforme solicitado  
em 27/9/02

2  
H  
K



Assembleia Municipal da Maia

principal, o que trouxe isolamento, atrofia e empobrecimento de toda a região duriense do mar à fronteira;

4. Toda esta vasta bacia do Douro tem direito no séc. XXI a dispor de fáceis ligações ferroviárias internas do mar à fronteira e daqui à Europa, para fácil deslocação de mercadorias e pessoas;
5. A Assembleia da República, pela sua Resolução n.º 1/2007, de 19 de Janeiro, recomendou ao Governo a requalificação da Linha do Douro;
6. Em Espanha está em andamento a reabilitação da linha-férrea de Santo Esteban a Barca de Alva, o que coloca novamente a via ferroviária na fronteira portuguesa;

**Propomos:**

1. A reactivação da Linha Ferroviária do Douro do Pocinho a Barca-de-Alva;
2. O restabelecimento das ligações ferroviárias, via Barca de Alva, até Salamanca e Valladolid, permitindo o acesso, a partir daí, para a Europa;
3. A requalificação da linha do Douro como eixo ferroviário fundamental para a vasta região do Porto à fronteira de Barca de Alva, incluindo a sua acessibilidade ao Interior espanhol e à Europa, eixo esse merecedor por isso de forte investimento;
4. Da requalificação da Linha do Douro resultará o inevitável incremento turístico de toda a área abrangida pela bacia do rio Douro, com consequências positivas para a economia dos seus concelhos e do nosso país;
5. É fundamental a união de esforços da Assembleia Municipal da Maia com todas as Assembleias e Câmaras Municipais dos concelhos que são atravessados ou servidos por esta ferrovia, para que a revitalização da linha do Douro se torne uma realidade.

Maia, 18 de Setembro de 2007

**Mesa da Assembleia Municipal**

  
1.º Secretário  
Presidente  
2.º Secretária  
PPD/PSD-CDS/PP  
Líderes Parlamentares  
PS  
BE  
CDU  
IVCT





m  
H  
h

## BLOCO DE ESQUERDA

### MAIA

1. Transito na Rua de S. Romão sentido descendente junto à entrada para os Maninhos.

O local é de grande intensidade de trânsito particularmente em horas de ponta e de entrada a saída das escolas.

As passadeiras no local já não são visíveis e o estacionamento de veículos junto das referidas passadeiras, retira a visibilidade tanto a peões como aos condutores de veículos, o que coloca em risco quem tem necessidade de efectuar o atravessamento, que nos momentos referidos são centenas de crianças a ter de o fazer! Já aconteceram inclusivamente alguns atropelamentos no local.

O BE propõe que de imediato ou o mais rapidamente possível as referidas passadeiras sejam pintadas e que o estacionamento no local seja efectivamente proibido.

Também propomos a permanência da policia municipal no nas horas de entrada e saída das escolas no referido local de modo a regularizar o trânsito no local.

2. Feira do Desporto.

Felicitemos a C. M. da Maia pelo evento realizado e pelo êxito que em nossa opinião tal evento alcançou. Consideramos que é uma iniciativa a repetir, pois através desta, a divulgação do trabalho efectuado pelas associações e colectividades presentes chegará a um maior número de cidadãos maiatos e possibilitará o envolvimento de um número cada vez maior de maiatos na vida associativa e naturalmente na prática desportiva massiva das gentes da Maia!

### 3. ZOO da Maia.

Após os problemas surgidos a público no ZOO da Maia que em anteriores intervenções nesta assembleia efectuamos, nada de concreto pelo menos de nosso conhecimento foi efectuado no sentido de melhorar o funcionamento do referido ZOO.

Chegaram ao nosso conhecimento queixas de visitantes do ZOO de problemas da falta de condições que alguns animais têm, nomeadamente à limpeza e outros aspectos de salubridade.

Houve mesmo um pedido de livro de reclamações à Junta de Freguesia da Maia que foi negado ao reclamante, com a desculpa de que não tinham o referido livro! Ora tais situações só vêm denegrir ainda mais a imagem que se pretende passar do ZOO e vem dar trunfos a quem pretende com razão ou não tomar medidas para o encerramento do referido equipamento que terá de existir para dignificar a Maia e não para a denegrir!

Assim, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que conjuntamente com o Presidente da Junta de Freguesia da Maia, tomem rapidamente medidas de modo a que se construa uma solução estruturada e de futura para o ZOO da Maia.

Comunicação  
transmitida por  
v. o secretário da  
câmara p. m.  
26/9/02

#### 4. Rotadouro

Na sequência da denúncia efectuada Pelo BE sobre os incómodos provocados por aquela empresa do grupo Unicer, pela laboração nocturna aos moradores de Gueifães. O BE tem vindo a acompanhar o desenvolvimento deste processo e nesse contexto constatamos o seguinte:

- Continuamos sem saber por parte da Câmara Municipal da Maia, se efectivamente a empresa em causa está ou não licenciada e em que termos para operar em horário nocturno.

Por isso, voltamos a questionar o executivo, se efectivamente está ou não e quais foram os pressupostos desse licenciamento?

Por outro lado continuamos a verificar que o movimento de viaturas pesadas no local é de facto intenso e desadequado para aquelas horas da noite, continuando a perturbar o descanso a que aqueles residentes têm direito.

Assim, as preocupações e os problemas que afectam aqueles maiatos mantêm-se.

Apesar de tudo e devido à pressão que foi feita sobre a empresa, a Unicer reconheceu por carta enviada aos referidos residentes os problemas existentes ao propor naquela missiva um conjunto de medidas com vista a minorar a situação.

Dessas medidas constam a redefinição da circulação dos veículos pesados tanto interna como externamente, redução do ruído produzido pelos empilhadores dentro das instalações, acções junto dos trabalhadores de modo a também reduzirem o ruído, dizem também terem solicitado a uma empresa especialista um estudo de impacto do ruído produzido no local de modo a validar outras medidas a implementar. Propõem-se ainda a implementar a cargo da Unicer a colocação de janelas com vidros duplos nas habitações de modo a minorar o impacto dos ruídos!

É caso para dizer que os problemas são mais que muitos!

Mas vale sempre a pena lutar pelos nossos direitos!

De todo o modo de concreto até ao momento ainda nada foi feito! Por isso e apesar das intenções demonstradas pela Unicer, vamos estar atentos e continuar a apoiar e a pressionar os responsáveis da referida empresa até que o problema seja definitivamente resolvido...

2  
1-7  
ll

26 de Setembro de 2007

Silvestre Pereira

Período Antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente  
 Exmos. Srs. Secretários  
 Srs. Vice-Presidentes  
 Srs. Deputados

Decorrido o merecido período de férias para a generalidade dos portugueses, chegou a hora de pais e filhos voltarem ao seu quotidiano. Se para os pais esse regresso não é acompanhado de grandes novidades, para alguns dos filhos foi o primeiro contacto com o ensino curricular, com outras infra-estruturas e necessidades escolares.

Segundo as declarações do Sr. Vereador da Educação à comunicação social podemos concluir que ao nível do primeiro ciclo na Maia tudo está bem e que até ocorreram significativas melhorias ao nível das infra-estruturas, da diminuição do número de turmas em regime de desdobramento e na abertura de actividades de enriquecimento curricular.

No entanto Sr. Presidente, Srs. Deputados a realidade que se vive é inevitavelmente diferente. Basta que atentemos na Escola de Barroso, onde apesar de existir cantina esta não funciona por falta de funcionários; em turmas que foram transferidas para a Escola do Monte Calvário para terem aulas 'salas amovíveis' (os famosos contentores) onde não existe qualquer tipo de mobiliário escolar, assim como nos alunos da Escola de Parada que para além de terem igualmente aulas em 'salas amovíveis', ainda se vêem obrigados a utilizar o WC do polidesportivo.

Para nós, grupo da CDU, estas situações reflectem a necessidade de se levar em conta a Carta Educativa da Maia, que abre soluções a estes problemas.

Igualmente triste realidade do nosso concelho, prende-se com a mobilidade e com as questões inerentes à reestruturação da rede da STCP, que para além de alterações pontuais mantém os seus principais défices, julga a CDU pertinente que a Câmara Municipal da Maia continue atenta a esta realidade e procure as melhores soluções para os seus munícipes.

Maia, 26 Setembro 2002  
 P/c Bancada CDU  
 Argemiro



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhores Deputados Municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

Handwritten signature/initials

1. A credibilização da acção política é crucial para a indispensável valorização social da vida democrática. Ela deve constituir uma preocupação essencial e um critério determinante da actuação de todos os que assumem responsabilidades políticas de todo o tipo. É portanto uma questão que nos interessa também a todos nós que estamos envolvidos na vida política local, independentemente do quadrante político em que nos situamos.
2. O poder local é efectivamente - nunca é demais reafirmá-lo - uma das conquistas fundamentais da democracia portuguesa. É um poder próximo dos cidadãos que tem contribuído, de múltiplas formas, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Mas ele enfrenta também um conjunto importante de problemas que, não sendo exclusivos da autarquia maiata, precisam também de ser ponderados no nosso concelho. O empolamento dos quadros de pessoal e o perigo de favoritismo político-partidário no recrutamento de colaboradores e na contratação de serviços são seguramente problemas decisivos que temos de enfrentar de forma corajosa e determinada.
3. Nesse sentido, são altamente preocupantes os rumores que têm alastrado na comunidade maiata e que me foram já veiculados por muitas pessoas, incluindo várias que estão ligadas à área política da maioria conservadora, de que se estariam a passar dois factos altamente condenáveis:



- a. por um lado, que um recente dirigente juvenil de um dos partidos da maioria teria arranjado alguma forma de prestação de serviço numa estrutura municipalizada para depois vir exercer tarefas de apoio a um vereador;
- b. por outro, que um dirigente de um dos partidos da maioria teria conseguido uma colocação numa das empresas municipais, que nem as necessidades da empresa nem as suas qualificações académicas e profissionais justificariam de nenhum modo.
4. Todos terão tido já conhecimento destes rumores. Estaremos todos de acordo que se tratam de boatos absurdos, sem nenhuma correspondência com a realidade. Apesar de já ter tecido duras críticas ao funcionamento desta maioria, considero impensável que ela se atrevesse a enveredar por estas formas vergonhosas de abuso de poder e de favoritismo político-partidário. Creio que há limites de pudor e bom senso políticos que nem esta maioria será capaz de ultrapassar...
5. Mas é também por isso que temos de actuar. Estes boatos – insisto que me recuso a aceitar que se tratem de factos! – põem em causa, sobretudo e antes de mais, o bom nome das pessoas que se diz terem sido beneficiadas e daquelas que se declara terem-nas favorecido. Mas é bom considerarmos que elas tendem a manchar a credibilidade de todos os actores políticos. Não podemos encarar passivamente este problema: há que encontrar todos os meios para evitar que isso possa acontecer.
6. Só conseguiremos defender o bom nome de quem está envolvido na vida política local se formos capazes de combater o favoritismo político-partidário no recrutamento de colaboradores e na contratação de serviços. Temos todos que



nos empenhar nessa tarefa. Pela minha parte, sugiro que se avance com um **PACTO PELA TRANSPARÊNCIA DA CONTRATAÇÃO LOCAL**. É fundamental envolver todas as forças políticas num processo que permita promover a transparência da vida pública local, designadamente através de uma acção de pedagogia política e do estabelecimento de mecanismos que favoreçam a fiscalização e a transparência no recrutamento de colaboradores e na contratação de serviços. Abertos a todas as sugestões que possam vir a ser feitas no processo de construção desse pacto, apresentamos, desde já e como prova do nosso comprometimento, as seguintes propostas:

- a. A apresentação pública e “on-line” de uma base de dados actualizada de todos os funcionários e prestadores de serviços da CMM, dos serviços municipalizados, com a recomendação de que o mesmo aconteça nas empresas municipais.
  - b. A publicitação dos registos de interesse determinadas pela lei.
  - c. A clarificação, aplicação e verificação do regime de incompatibilidades.
  - d. A constituição, a exemplo do que vem sendo sugerido noutros países da Europa, de um órgão de controlo das contratações que, para além de fazer um acompanhamento dos processos para preparação da decisão política, promova regularmente um levantamento de boas práticas e a apresentação de sugestões que considere adequadas.
7. Como tenho vindo a sublinhar nesta AMM, quero ver o Partido Socialista afirmar-se como uma alternativa política séria e credível no concelho da Maia. Para isso, queremos com esta proposta de um **PACTO PELA TRANSPARÊNCIA DA CONTRATAÇÃO LOCAL** manter uma postura

construtiva e um esforço permanente de construção das soluções políticas mais adequadas para o futuro da Maia e o bem estar dos seus cidadãos.

AMM, 26 de Setembro de 2007

**Luís Rothes**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luís Rothes', with a checkmark above it.

**INTERVENÇÃO**  
**(Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia)**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

O assunto que me traz aqui hoje reveste-se da maior importância e é um exemplo inequívoco do estado em que se encontra o nosso concelho.

Sensivelmente a meio do mandato autárquico, o estado de letargia da Câmara Municipal da Maia é alarmante. Todos conhecemos a difícil situação financeira que o município atravessa – fruto, aliás, da incompetência desta coligação de direita – mas esse argumento não é bastante para justificar alguns factos que, no entender do Partido Socialista, nada dignificam o concelho.

Nos dias de hoje, exige-se aos autarcas uma grande criatividade; exige-se-lhes que sejam capazes de encontrar soluções inovadoras para os mais diversos problemas e, entre outras coisas, que sejam capazes de atrair bons investimentos para as suas terras. Nos últimos dois anos, acentuou-se uma realidade que já se vem verificando desde há muito: o centro nevrálgico da Área Metropolitana do Porto desloca-se com assinalável velocidade para sul. Esta é uma realidade indesmentível. Muitos dos equipamentos e valências que outrora projectaram a Maia no distrito do Porto e, até, no país, foram suplantados por outras edificações mais recentes, mais adaptadas às novas tecnologias e às novas realidades. Na Cultura, no Desporto, no Lazer, bem como noutras áreas, a Maia já não é um exemplo – se é que alguma vez o foi. É, pois, com muita apreensão, que o Partido Socialista constata a perda de competitividade do concelho da Maia. E não basta contra-argumentar este facto salientando a evolução positiva da população aqui residente. Esse é um exercício de pura demagogia.

O Partido Socialista defende, naturalmente, uma visão estratégica metropolitana no que concerne à localização de determinadas infra-estruturas. Porém, num curto espaço de tempo, dois importantes investimentos cuja edificação foi anunciada para este concelho foram deslocalizados para um outro município da Grande Área Metropolitana do Porto: primeiro, foi o Centro de Reabilitação Física do Norte, conhecido como "o Alcoitão do Norte"; mais recentemente, ficámos também a saber que a Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Instituto Politécnico do Porto também não ficará localizada na Maia. Este último investimento, sublinhe-se, seria uma grande oportunidade para a Maia, na medida em que concentraria no

Doc. 12

2  
FH  
H

nosso concelho uma fracção significativa da investigação em Biotecnologia que se produz no Norte do país.

Mais do que perceber se o que esteve em causa foi o mérito de uma autarquia ou o demérito de outra, sendo que nenhum destes cenários é favorável à Câmara Municipal da Maia, o PS vem, por este meio, manifestar a sua preocupação perante estes factos. Estamos atentos e esperamos sinceramente que V. Exa. os esclareça e que a Câmara Municipal da Maia pugne efectivamente pelos interesses do nosso concelho.

João Veloso da Silva Torres



Senhor Presidente e senhores Secretários da A. M.  
Maia

Senhor Presidente da Câmara e senhores  
Vereadores

Senhores Presidentes de Junta e restantes membros  
desta Assembleia

Senhores Representantes da Comunicação Social  
Minhas senhoras e meus senhores

Pintura geral da ponte José Vieira de Carvalho, em Ardegães, Águas Santas, sobre o rio Leça. Sugestão para que a C. M. Maia proponha um aditamento ao acordo de mecenato e protocolo de entendimento subscrito com a CIN no âmbito da campanha "A Maia pinta com tintas CIN", para inclusão no referido protocolo da ponte José Vieira de Carvalho.

Há mais de 20 anos foi inaugurada a ponte José Vieira de Carvalho, sobre o rio Leça, ligando a E.M. 546, no lugar de Ardegães, para substituição da ponte centenária que ali existia e da qual se dizia que caía uma pedra sempre que sobre ela passava uma camioneta do Cruz.



sing

A ponte J. V. Carvalho, para além de um equipamento de certa envergadura, constituiu, também ela, mais um importante melhoramento para Ardegães e para Águas Santas.

Era então presidente da Junta o saudoso Sr. <sup>1-2</sup>Joaquim Carneiro Ferreira, pessoa empreendedora, algo exigente e trabalhador incansável, que cedo nos deixou.

Passaram-se então mais de 20 anos, como disse, e há dias, acompanhando um fotógrafo para obter umas fotos dessa ponte, verifiquei que pilares, vigas e encontros apresentam alguns indícios de decadência, e que as guardas de protecção manifestam sinais de ferrugem, que prenunciam princípios de erosão.

E o que então me ocorreu, Senhor Presidente, foi que em meados de Junho último fui convidado por V. Exa. para assistir aqui, nos Paços do Concelho, à assinatura de um acordo de mecenato entre a CIN e a C. M. Maia, cujo protocolo de entendimento prevê que aquela empresa disponibilize as tintas e o apoio técnico para a pintura de equipamentos, nos quais se incluem edifícios municipais, escolas, infantários, estádios e pavilhões.

E o que eu sugeriria, se V. Exa. me permitisse, era se não seria exequível que a C. M. Maia, junto da CIN, conseguisse um aditamento ao acordo em que, para além dos equipamentos já enunciados, fosse incluído mais um, que seria a pintura geral da ponte José Vieira de Carvalho.

Tratar-se-ia de uma obra, da qual a empresa, dentro da campanha “A Maia pinta com tintas CIN”, tiraria por certo evidentes ganhos publicitários, dada a sua grande visibilidade.

Aproveitava para dar conhecimento de que desapareceram as letras e os algarismos de bronze que identificavam a ponte e a data da inauguração ou da sua construção, havendo necessidade que esses dados lá fossem recolocados para memória futura.

Deixo estas questões ao alto critério de V. Exa., certo de que as analisará e lhes dará provimento.

26.09.2007



## VOTO DE PROTESTO

Acaba de chegar ao meu conhecimento a informação, já confirmada, de que a SIDERURGIA NACIONAL – EMPRESA DE PRODUTOS LONGOS, S.A., instalada na Freguesia de S. Pedro Fins, procedeu à demolição do pavilhão desportivo instalado nas suas instalações, mais concretamente na parte sul dos seus terrenos, contíguos às habitações da zona da Escola E.B.1 /J.I. dessa Freguesia.

Considerando:

1º

Que a Empresa em questão foi verbalmente notificada em reunião da Comissão de Acompanhamento da execução das medidas a implementar inscritas no protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a S.N. de que a demolição do referido Pavilhão era uma questão que deveria ser tratada com algum cuidado, conforme acta de reunião daquela comissão de 30 de Novembro de 2004;

2º

Que não pode a Siderurgia Nacional sonegar a importância do referido Pavilhão na formação desportiva, durante vários anos, ao serviço das populações locais e de muitas colectividades da Maia, merecendo, por via disso, importantes investimentos da própria Câmara em melhoramentos das suas estruturas e equipamentos;

3º

Que são conhecidas as dificuldades da Empresa na disponibilidade de espaços para deposição das escórias e de outros resíduos resultantes da sua laboração, sendo previsível e óbvio que a intenção da Empresa, ao demolir aquele Pavilhão Desportivo, será conseguir mais espaços para aquele efeito;

4º

Que aquelas escórias vêm sendo depositadas indiscriminadamente, sem adopção de quaisquer medidas tendentes a contrariar os seus efeitos tanto no impacto visual como na contaminação dos lençóis freáticos;



5º

Que, cumulativamente, a sua movimentação é feita com as escórias ainda incandescentes e com despejo a céu aberto, provocando autênticas nuvens de fumos extremamente prejudiciais para a saúde pública, a escassos metros da EB1 /JI de S. Pedro Fins, frequentada por cerca de 120 crianças, e contigua a uma das principais zonas habitacionais da freguesia.

6º

Que, com a destruição daquele pavilhão teme-se pelo abate do pinhal adjacente (onde existia uma pista de manutenção), eliminando-se assim uma importantíssima barreira de protecção dos efeitos resultantes da laboração da Empresa, agravando-se a situação já existente;

7º

Que é patente e cada vez mais evidente o agravamento da relação entre a S.N. e a população local, tendo sido bem claras as dificuldades e a negação da Empresa em integrar-se no meio social onde se insere, o que não se verifica noutras localidades, fora de Portugal, onde o grupo empresarial em causa tem em laboração outras unidades análogas e onde pode verificar-se serem respeitados princípios básicos de respeito pelo ambiente e qualidade de vida das populações,

8º

Importa referir que ocorre actualmente o processo de consulta pública para efeitos de licenciamento ambiental daquela unidade fabril, ao qual veio a Junta de Freguesia de S. Pedro Fins, em devido tempo, apresentar as recomendações que entendeu necessário fossem observadas.

Nestas circunstâncias, venho formular o meu Protesto, pois face ao exposto, parece óbvio que a Administração da Siderurgia Nacional continua apostada na prática de atitudes de desrespeito total pelos seus próprios compromissos, cega aos problemas que vem criando a toda a população e surda a todas as reclamações que, justamente, lhe são apresentadas.

Venho, por ultimo, apelar a esta assembleia para que se associe a este voto de protesto e adopte as medidas que entender adequadas para a resolução dos problemas existentes e ainda para que se imponham medidas impeditivas do crescendo dos mesmos.

Maia, 26 de Setembro de 2007

50C. 15  
**INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Exm<sup>o</sup>.

Presidente da Assembleia Municipal da  
MAIA

→ Párea  
municipal, fazer o  
offício, não na  
adequade.  
Pelo que se afirma  
pelo do ponto  
que a Câmara  
de Administração  
do Condor  
PAB

Nome: - NELSON DA SILVA MOREIRA (NA QUALIDADE DE ADJUNTO  
Morada: - R. EUSEBIO DA SILVA FERREIRA 636 HAB 7  
Código Postal: - 4475 - 470 MAIA  
Freguesia: - NOGUEIRA

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. que atento ao disposto no n<sup>o</sup> 3,  
do artigo n<sup>o</sup> 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja  
concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

ASSUNTO (1) DEPÓSITO DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS  
NO TERRENO CONFINANTE AO CONDOMÍNIO

DA EMPRESA DE SERRALHARIA; OFÍCIO ENVIADO EM 04.08.01  
ASSUNTO (2) CÃES DE RAÇA PERIGOSA A CIRCULAR  
NO EXTERIOR DA EMPRESA DE SERRALHARIA\*.

(3) RUÍDOS PROVENIENTES DURANTE O PERÍODO  
NOCTURNO DA EMPRESA TORRESTAR.

\*SERRALHARIA LOCALIZADA NA RUA TRAVESSA AGOSTINHO  
SILVA ROLHA 243.

Maia, 26/09/2007

(Assinatura)

Nelson da Silva Moreira

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º  
do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



**PARTICIPAÇÃO**

ASSUNTO: **INCÊNDIO** na R. Eusébio da Silva Ferreira nº ~~620~~ 243

Venho por este meio informar V.as Ex.as, que no dia 04-08-07 pelas 13h30min. ocorreu um incêndio na morada acima descrita por motivos de falta de limpeza da empresa que opera no local, empresa essa que não se encontra em condições de funcionamento legal.

Este local é confinante com o Condomínio do Prédio na R. Eusébio da Silva Ferreira n.º 636, 612, 594 e restantes entradas de área comercial, foram feitos alguns pedidos verbais e por escrito pela Administração do Condomínio, com o responsável dessa empresa, para que limpasse a área exterior, uma vez que põem em risco a integridade das pessoas que passam na área de acesso às garagens com os seus carros e onde brincam crianças nesse espaço, testemunhando no passado a projecção de uma telha de fibra de vidro de dimensões consideráveis para a área do Condomínio, que podia ter consequências gravosas.

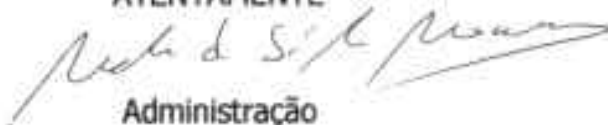
Sem qualquer êxito nos pedidos que foram efectuados pela Administração do Condomínio para a remoção do entulho, eis que surge um incêndio junto ao muro que separa o Condomínio e a dita fábrica cujo as causas estão por apurar, muro esse que ficou parcialmente destruído com a possibilidade de ruir. Esta situação causou o pânico nos condóminos e danos em alguns terraços, derivado as chamas de grandes dimensões e fumo preto que se instalou nos apartamentos. No entanto, foram os condóminos que dos seus terraços pegaram em mangueiras e ajudaram a extinguir o incêndio.

Posteriormente chegaram ao local os bombeiros de Nogueira para o rescaldo do mesmo e a G.N.R. da MAIA que tomou conta da ocorrência fazendo o auto.

Eu Nelson da Silva Moreira responsável pelo condomínio apelo para que efectuem uma vistoria à dita fábrica com a melhor solução possível para a limpeza daquela área o mais breve possível, para futuramente não acontecer situações danosas para os condóminos e possíveis situações drásticas.

Grato pela atenção dispensada e certo de que V.a Ex.a dará ao assunto a melhor atenção e o melhor seguimento, Valho-me da oportunidade para lhe apresentar os meus respeitosos cumprimentos.

ATENTAMENTE

  
Administração

DOC. 16  
INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.  
Presidente da Assembleia Municipal da  
MAIA

Nome: - Francisco José Magalhães Couto Silva

Morada: - Rua da Amieira N.º 74

Código Postal: - 4470 - 020 Maia

Freguesia: - GUEIFÃO

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exª. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

BALANÇO DO MOVIMENTO DE UTENTES DOS TRANSPORTES

DA MAIA

Maia, 26 / 09 / 2007

(Assinatura) Francisco José Magalhães Couto Silva

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

# *Movimento de Utentes dos Transportes da Maia*

Movimento de Utentes dos Transportes da Maia



Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia e Exmos Membros da Mesa desta Assembleia,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara da Maia,

Exmos Srs. Vereadores,

Exmos Srs. Jornalistas e representantes da Comunicação Social;

Ex.mo Público presente:

No dia 28 de Fevereiro de 2007, esta Assembleia deu-nos a palavra para apresentarmos as reclamações dos Utentes da Maia sobre os prejuízos causados à população decorrentes da implementação, da Nova Rede da STCP, em 1 de Janeiro de 2007.

Como é do conhecimento dos presentes, a designada Nova Rede eliminou 10 carreiras de autocarros que serviam o Concelho da Maia. Foram eliminados o 2, o 95, o 46, o 47, o 64 e demais percursos, somando um total de 10 carreiras.

Antes da introdução da Nova Rede já os utentes manifestavam as suas preocupações com as alterações previstas e das quais iam tomando conhecimento.

A Câmara Municipal da Maia, a Assembleia Municipal da Maia, as Juntas de Freguesia, as Assembleias de Freguesia e os Serviços responsáveis pela mobilidade da Câmara da Maia, uns mais outros menos, mas no geral, todos se preocuparam e tentaram minorar os efeitos negativos provocados pela eliminação de carreiras e de percursos e que foram e são motivo de protesto da população da Maia.

Desde o dia 1 de Janeiro de 2007 até hoje, são passados 9 meses e o que nos daria a maior alegria, seria vir aqui anunciar o nascimento de um Bom Serviço de Transportes para a população da Maia. A realidade é bem diferente. Quase estamos na situação de vir aqui convidar V. Exas. a assistirem ao "Velório" da morte do serviço prestado pela STCP aos Utentes da Maia. Se o Serviço de Transportes da STCP na Maia ainda não morreu, estará na hora de se rezar o responso, tão fraco, débil e mirrado ele é, que o desenlace prevê-se para breve.

O Movimento de Utentes do Transportes da Maia reuniu com todas as entidades que, no nosso entender, poderiam intervir junto da STCP para que esta procedesse à correcção dos cortes de carreiras e de autocarros na Maia. Lembramos que reunimos com a Câmara Municipal, com presidentes de Junta de Freguesia, fomos apresentar as nossas reivindicações a Assembleias de Freguesia, reunimos com o Reverendo Padre da paróquia da Maia, reunimos com Coadjutor do Senhor Bispo do Porto, com o Conselho de Administração da

## *Movimento de Utentes dos Transportes da Maia*

STCP reunimos 5 vezes, reunimos com outras entidades que seria fastidioso estar aqui a descrever e V. Exas. perguntarão? E que resultados obtiveram?

Para além da simpatia e da compreensão, que nunca nos cansaremos de agradecer, das reivindicações dos Utentes da Maia e sobre o mau serviço prestado pela STCP, quase nada foi atendido e corrigido.

Um remendo aqui ou ali, não passa de alguém que quer tapar as rugas com um pouco de "pó de arroz". Não chega para fornecer transporte, a tempo e horas, a quem necessita de se deslocar para os empregos, não chega para dar transporte a quem vive ou trabalha na vizinhança da Via Norte, não é suficiente para dar transporte entre as freguesias e o Centro da Maia, não chega para dar transporte entre Ermesinde e a Maia, não consegue dar transporte directo ao Centro do Porto e nem chega para dar transporte a quem tem de ir ao Hospital Pedro Hispano que é o hospital de referência para a população da Maia, não chega para dar transporte a quem vai para a escola, para o centro de saúde, para a igreja, para o cemitério e para as principais repartições e serviços procurados pela população.

O serviço de transporte prestado pela anterior carreira 47, que foi eliminado em 1 de Janeiro, continua a não ter substituição capaz, pelo que se apela para esta Assembleia e para a Comissão de Acompanhamento, no sentido de, junto da STCP, conseguir que seja reposto o percurso que a carreira 47 realizava.

As reivindicações dos Utentes da Maia, estão descritas no seu Caderno Reivindicativo e na Carta Reivindicativa, documentos tornados públicos e ~~que~~ foram entregues à Administração da STCP.

São reivindicações de falta de transporte, de aumento do número de veículos em cada percurso para diminuir os tempos de espera, de falta de transporte à noite e aos fins de semana, de ajustamento dos horários aos empregos, de correcção de tarifário e do zonamento único de Metro e STCP, de bilhética simplificada e que não prejudique o utente, da falta de abrigo nas paragens, da deficiente localização das paragens que acarretam riscos para a segurança das pessoas, etc. etc.

São reivindicações justas que, não sendo atendidas, fazem com que a população se afaste dos transportes públicos e não corresponda ao desejo do Governo, o qual está a promover uma campanha de publicidade que para a Maia, a manter-se o actual serviço de transportes, dificilmente resultará.

O Movimento de Utentes dos Transportes da Maia apela à população da Maia para se juntar aos utentes da Área Metropolitana do Porto, no protesto que vai ter lugar, no dia 1 de Outubro de 2007 (segunda-feira), às 18h00, na Praça da Batalha do Porto.

Vamos exigir da STCP, Mais e Melhor Serviço de Transportes para todos.

Maia, 26 de Setembro de 2007

Cecília Lima

*Movimento de Utentes dos Transportes da Maia*



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 178

Em 30/09/07

Ofício nº 16.553

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA  
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à  
Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Dirijo a V. Ex.a este documento sobre a Actividade do Município na  
circunstância e na oportunidade da realização da 4ª Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal do ano de 2007.

Nesta ocasião passo a aludir a alguns acontecimentos que tiveram  
expressão e dimensão pública no nosso Concelho no espaço de tempo ocorrido  
após o último documento similar que remeti à Assembleia Municipal.





## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

*BA*  
*27-12*  
*le*

- a) Por alturas das Festas do Concelho realizámos um conjunto de iniciativas das quais se destacam a Feira de Artesanato e a Feira do Livro de Fim de Edição, constituindo a primeira uma iniciativa de créditos já bem firmados em todo o espaço territorial em que nos inserimos, sendo que a segunda percorre o mesmo caminho não obstante este ter sido somente o ano 2 de sua efectivação.

A Feira de Artesanato teve este ano um novo figurino correspondendo a uma cada vez maior exigência e aperto nos critérios de escolha e selecção dos expositores ( 138 stands e 180 Artesãos ), bem como na distribuição e organização do espaço, racionalizando e conferindo coerência aos percursos através de uma divisão por tipo de actividade. O número de visitantes situou-se nos 210 mil superando os do ano anterior, incrementos estes que têm vindo a acontecer em cada edição o que mostra bem o prestígio e o reconhecimento já granjeado não somente na nossa População mas na que nos é municipalmente vizinha.

A Feira do Livro está direccionada a um nicho da actividade livreira que entendemos explorar tendo em vista a divulgação do Livro e da extrema e decisiva relevância do acto de ler na formação, em especial, da nossa Juventude. Num espaço já maior do que o utilizado na 1ª edição, estiveram disponíveis livros para todos os gostos e de temáticas várias apresentados por cerca de 30 casas editoras, a que se juntaram uma série de iniciativas de





## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

*BA*  
*MF*  
*ll*

animação cultural como sejam a "festa" de poesia dirigida ao público juvenil, a homenagem a um poeta maiato ou o lançamento de um livro infanto-juvenil com temática centrada no "Lidador da Maia", edição esta que teve o apoio da Câmara Municipal.

- b) Celebrámos um Protocolo de Acordo com a empresa CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. com vista à participação desta entidade no esforço municipal de recuperação e manutenção de edifícios do Concelho. Estão incluídos nesta fase 25 construções, sendo que 23 são municipais ( equipamentos culturais, sociais desportivos e educacionais ) e dois pavilhões desportivos propriedade de Associações do Concelho.

Foi com grande satisfação que rubriquei este acordo pois vem ao encontro e responde à nossa tentativa de envolvimento solidário das empresas sitas ou com actividades no nosso Concelho no esforço colectivo de desenvolvimento do Município. E também, por, uma vez mais, ficar demonstrado o acolhimento da empresa privada em consideração quando lhe é solicitado e se apela à sua responsabilidade social e envolvimento na vida comunitária. Seguramente que os nossos Municípes notarão e registarão bem este gesto empresarial.

- c) Uma vez mais a Maia foi escolhida para a realização de um evento desportivo, agora a festa do futsal denominada por "AllStar Futsal 2007", que decorreu no Pavilhão Desportivo Municipal da Maia, evidenciando a qualidade das



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

instalações desportivas que possuímos bem como, e ao mesmo tempo, a dimensão e a expressão que a prática desta modalidade ( tanto em clubes como em número de praticantes ) tem no nosso Concelho, beneficiando da política há longos anos desenvolvida e adoptada pela Câmara Municipal.

- d) Também neste aspecto da vida associativa levada a efeito por colectividades e agremiações – onde verdadeiramente se sente o pulsar da nossa comunidade ( a Maia será talvez o Concelho do País com o maior número de associações aferidas à população residente ) –, a acção da Câmara Municipal se faz sentir de uma forma indelével, como todos bem sabemos e que ao momento me escuso de mais particularizar.

E simplesmente como nota disto mesmo quero referir que, no dia 5 de Julho, presidi à cerimónia da "entrega de chaves" de novas sedes e locais de trabalho a sete associações do nosso Concelho, que passam assim a dispor de instalações condignas proporcionadoras de desenvolvimento das suas actividades, a que acresce o uso de serviços e espaços de partilha comuns, num piso do edificio municipal sito à Avenida do Lidador da Maia, na Freguesia de Águas Santas, que foi especialmente renovado, compartimentado e adaptado para o efeito, a inteiras custas municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

*BA*  
*TH*  
*K*

- e) Já que estamos a falar de movimento associativo pontuaria, também, o acordo que celebrámos com uma entidade de nível e estruturação nacional, a "Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza", com vista a que venha a instalar a sua base do Norte do País no Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, no Castelo da Maia.

Com este acordo conquistam-se um importante conjunto de sinergias pela ajuda, interligação, troca de informação, partilha de documentação e cooperação entre as estruturas municipais e a associação ambientalista, em mais um muito expressivo investimento na área da educação ambiental que desde há longa data elegemos e identificámos como decisiva para o futuro.

- f) Também no Complexo da Quinta da Gruta assinalámos a conclusão das infraestruturas de mais um espaço dedicado ao programa "Horta-à-Porta" ( com o apoio da LIPOR ), sendo este já o terceiro do género existente no Concelho. Agora são 66 talhões, com cerca de 40 m<sup>2</sup> cada, que ficam disponíveis para a cultura e produção biológica de produtos hortícolas, estando em curso o programa de formação e elucidação dos utilizadores tanto em termos de condições de uso do espaço como dos objectivos que lhe estão subjacentes, ou em aspectos específicos como os da produção de fertilizantes através da compostagem.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

BA  
r  
h  
H

g) O dia 28 de Julho marca o início de uma nova etapa na vida da Freguesia de Nogueira. O edifício do Centro Cívico foi inaugurado.

A ocasião foi vivida com grande regozijo por todos os Nogueirenses, indistintamente da condição de naturais ou dos que, e são muitos, os que adoptaram essa Terra como sua. A todos está agora disponível um edifício que condignamente alberga os Serviços da Autarquia de Nogueira a que se acrescentam várias outras valências de grande valia local, sendo de salientar a Extensão de Saúde de Nogueira.

Para aqui se chegar houve que percorrer um longo caminho, pejado de muitos escolhos e dificuldades, pelo que o acto inaugural encheu de orgulho não somente todos aqueles que mais directamente participaram nesta obra mas a todos os que puderam visitar e apreciar as muito categorizadas instalações que a partir dessa altura ficaram ao dispor da população.

O esforço financeiro do Município ( Câmara Municipal e Junta de Freguesia ) é bem recompensado pela evidente e notória valorização de uma das suas parcelas – neste caso a de Nogueira – pelo que valeu bem a pena. O progresso da Freguesia e o seu caminho de modernidade está aqui bem presente.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- h) Entre 2 de Julho e 31 de Agosto realizámos a acção denominada por "Férias Desportivas Municipais – Verão 2007".

Esta iniciativa tem em vista a ocupação dos tempos livres dos nossos Jovens, com idades entre os 5 e os 15 anos, durante o período de férias escolares. A cada ano que passa vemos aumentar, significativamente, o número de inscrições ( cerca de 1.000 participantes este ano ) o que é bem demonstrativo do interesse, utilidade, e capacidade formativa e educativa deste programa. As actividades são muito variadas, desde a prática desportiva nas mais diversas modalidades que são possíveis praticar nos nossos equipamentos – o que é o mesmo que dizer praticamente todas –, até actividades de mar como o surf e o bodyboard, às denominadas actividades radicais realizadas no Parque Urbano de Avioso, mas também acções nas áreas do cinema, da música, ou das artes plásticas.

- i) Uma nota para pontuar que recebi, nos Paços do Concelho, a Senhora Ministra dos Negócios Estrangeiros de Chipre aquando de sua presença no Norte do País em reunião no âmbito da Presidência Portuguesa da UE. Os contactos com a República de Chipre têm vindo a acentuar-se nomeadamente através de várias acções articuladas com o Senhor Embaixador de Chipre em Portugal, decorrendo ao momento, no FORUM, mais uma exposição patrocinada pela Embaixada, num caminho que nos deverá levar à geminação com a cidade de Limassol.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:


2  
7  
H  
4

|                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos –               | 1.569.396,35 |
| b) Dotações orçamentais –     | 6.629.647,58 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.449.487,01 |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 10 DE SETEMBRO DE 2007,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

  
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**✓  
1-2  
4**Constituição de um Fundo Imobiliário Fechado.**

Quando nos foi presente o pedido de autorização, para que a o Executivo camarário consultasse o mercado, na pretérita Assembleia Municipal, com vista a escolher a melhor sociedade gestora de um fundo de investimento imobiliário, a nossa posição foi de aprovação, pois nada nos move contra a constituição de fundos de investimento, se estes tiverem como fim o investimento em estruturas e desenvolvimento social das populações!

Quando estes são criados por Autarquias como é o caso aqui presente, e tendo em conta a dimensão do projecto que lhe é subjacente, defendemos que para além dos interesses privados que lhe servem de ancora, na nossa perspectiva o aspecto de desenvolvimento social e da melhoria da qualidade de vida das pessoas e neste particular dos Maiatos, não poderá ser relegado para o esquecimento! E se o conhecimento do projecto pela nossa parte ainda é prematuro, o facto é que não podemos abrir mão da defesa dos interesses dos habitantes da zona envolvente ao referido projecto! Concretamente os habitantes da Freguesia de Silva Escura.

Assim, o objectivo que nos é proposto para o referido projecto é adquirir bens e gerir bens determinados objectivamente para a construção de uma zona chamada de "excelência" de empreendimentos turísticos e residenciais integrados com diversas actividades desportivas e de lazer, nos quais está previsto um complexo de golfe entre outros equipamentos... ora perante um projecto de tamanha dimensão não podemos deixar que no referido projecto, os interesses sociais de requalificação e de melhoria das condições de vida das populações de Silva Escura não sejam consignados no projecto a elaborar.



Com efeito, e tendo em conta a área prevista 140 hectares, dos quais cerca de 70% da mesma são pertença da autarquia, defendemos que no mínimo 15% da área residencial deverá ser garantida para construção de habitações de qualidade e a custos controlados, sabemos que os interesses privados têm como principal objectivo o lucro e naturalmente compreendemos que nada digam sobre isto, mas já não entendemos que o executivo camarário eleito para a defesa de todos os maiatos, nada diga e muito menos imponha no projecto a obrigatoriedade de defesa do desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos mais carenciados, nomeadamente no que à habitação diz respeito, para não falar de outras estruturas que necessariamente o concelho está carente, nomeadamente no que diz respeito a lares de apoio à terceira idade, infantários e creches, centros de saúde entre muitas outras estruturas fundamentais e que afectam particularmente as famílias mais carenciadas do nosso concelho.

Por esse motivo, achamos que a oportunidade de desenvolvimento que nos é presente, é por demais evidente!

A constituição do fundo em causa, é por tal motivo um momento único para o desenvolvimento integrado local e não pode ser aproveitado somente numa óptica de defesa de interesses privados, até porque tem como principal percursor o executivo camarário!

Estamos no ano da defesa das igualdades de oportunidades e seria escandaloso aproveitar a constituição deste fundo para aprofundar ainda mais a diferença entre os mais abastados e ricos dos carenciados e excluídos!

Não teremos qualquer dúvida em votar favoravelmente se efectivamente a defesa dos interesses das populações mais carenciadas também forem incluídos no presente projecto!

Por isso, caso a resposta do executivo camarário seja positivo à nossa preocupação e certamente dos maiatos. O nosso voto será afirmativo, caso contrário votaremos contra, na certeza de que estamos a defender os interesses da população de Silva Escura e consequentemente um maior e melhor desenvolvimento e crescimento estruturado do nosso concelho!

Maia 27 de Setembro de 2007

Silvestre Pereira



Exmº. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmos. Senhores Secretários  
Exmº. Senhor Vice - Presidente da Câmara  
Exmos. Senhores Vereadores  
Exmos. Senhores Deputados e Presidentes de Junta  
Exmº. Comunicação Social e Público Presente

u  
H  
k

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este ponto da agenda. Trata-se da constituição de um fundo de investimento imobiliário fechado, no valor de 12 milhões e meio de euros, que será gerido pela Fundimo, pertencendo as respectivas unidades de participação, totalmente, à Câmara Municipal.

A adjudicação à Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., empresa do Grupo da C.G.D. obedeceu a uma grelha de critérios de avaliação, criada pelo Departamento Financeiro, sendo globalmente a proposta que melhor satisfaz os interesses do município.

Quanto à constituição deste Fundo de Investimento Imobiliário entendemos tratar-se de uma iniciativa que irá valorizar o património municipal. De facto a eventual alienação dos terrenos não teria a valorização que este fundo imobiliário lhe pode dar, no pressuposto de que se venha a concretizar a proposta para a ocupação daqueles terrenos, com um campo de golfe, como equipamento âncora de um empreendimento a que estarão associadas actividades de lazer, desporto, recreio e, naturalmente, uma área residencial.

Compreendemos que nesta fase o mais importante seja definir as questões financeiras do fundo de investimento e que só mais tarde a Fundimo e a Câmara Municipal se debrucem sobre os empreendimentos e o projecto a desenvolver.

Ao votarmos favoravelmente estamos a pensar, fundamentalmente e como é nosso dever, na valorização do património e dos activos dos

município. Mas gostaríamos de não ficar associados a um qualquer projecto de carácter eminentemente elitista ou segregador daquilo que deve ser a Maia do futuro, com coesão social. Uma coisa é um condomínio fechado, de luxo, sujeito às leis do mercado. Outra coisa é um terreno que esteve destinado a um parque de ciência e tecnologia que foi adquirido ~~por~~ tanto para um fim público bem diferente do que vai ter e transformá-lo, no futuro, numa zona reservada e exclusiva de uma minoria endinheirada.

Gostaríamos que não fosse assim. Da mesma forma que somos contra os guetos que excluem e marginalizam pela negativa, também somos contra a exclusão que descrimina pelo dinheiro. Estamos certos que, para além do valor do dinheiro, há outros valores que devem nortear uma sociedade evoluída e socialmente equilibrada.

E, por isso, senhor Vice-Presidente, ao votarmos favoravelmente esta proposta, conscientes de que será boa para o Concelho, apelamos para que no desenvolvimento do projecto e na criação do empreendimento haja espaços de cariz social, que não só valorizarão o empreendimento como darão da Maia uma imagem de modernidade.

Este é o nosso pensamento e a nossa posição política.

**Maia, 25 de Setembro de 2007**

Grupo Parlamentar do Partido Socialista.